



ASSEMBLEIA INFORMA

17 DE ABRIL DE 2013 – QUARTA-FEIRA – ANO 22 – Nº 4.221

Violações ao Estatuto do Torcedor no novo Mineirão dividem deputados

Os problemas na reabertura do Mineirão, no clássico Cruzeiro x Atlético, no último dia 3 de fevereiro, após 22 meses em reforma, foram tema de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Esporte, Lazer e Juventude da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em pauta, estavam a falta de água, longas filas, bares fechados, estacionamento tumultuado, entre outras violações ao Estatuto do Torcedor. O requerimento para o encontro foi dos deputados Rogério Correia (PT), Sávio Souza Cruz (PMDB), Fred Costa (PEN) e Alencar da Silveira Jr. (PDT).

Outro ponto polêmico foi o custo da reforma e o contrato de utilização do estádio. Sávio Souza Cruz mencionou a contratação, sem licitação, de escritório de arquitetura, ao custo de R\$ 18 milhões, quase o triplo do que Oscar Niemeyer cobrou para criar a Cidade Administrativa. O parlamentar também enfatizou os transtornos no dia do clássico. “Foi um festival de incompetência. Não tinha nem água para as pessoas beberem. Tudo feito na correria, na improvisação”, lamentou.

O secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo, Tiago Nascimento de Lacerda, alegou que o modelo adotado na reforma, segundo ele, permitiu que o Estado transferisse diversos riscos para o setor privado. “A Minas Arena (empresa que administra o estádio) também está empenhada em melhorar”, garantiu. Sobre o contrato de exploração, também alvo de críticas, informou que o Estado é apenas o regulador.

Fred Costa exibiu diversas reportagens que expõem as insatisfações com o Mi-



Alair Vieira

A reunião da Comissão de Esporte foi muito concorrida, com a participação de vários deputados

neirão pós-reforma. “Não foi o governo que errou, mas quem faz a gestão do estádio”, disse. Tadeu Martins Leite (PMDB) lembrou que a liberação do consumo de bebida alcoólica nas Copas das Confederações e do Mundo (PL 3.685/13) pode complicar a situação caso as falhas persistam. Já Mário Henrique Caixa (PCdoB) disse que os problemas já eram visíveis no estacionamento. “Voltei lá depois e notei uma evolução”, pontuou.

Para Rogério Correia, o estádio não estava pronto para ser inaugurado. “Lamentamos a pressa em fazer propaganda e deixar a população passar pelo que passou”, criticou. Porém, na opinião de Lafayette de Andrada (PSDB), as críticas são exageradas. “A Fifa pediu para tudo ficar pronto um ano antes justamente para acontecerem ajustes. Tiago Ulisses (PV) lembrou que o esquema de segurança funcionou muito bem. Já o presidente da co-

missão, Marques Abreu (PTB), se disse preocupado também com os preços dos ingressos.

Por fim, Ricardo Salles de Oliveira Barra, da Minas Arena, ponderou que os pontos negativos não podem ocultar os positivos, como a possibilidade de clássico com as duas torcidas. “A segurança foi a principal preocupação. Houve falhas pontuais. Procuramos espontaneamente o Ministério Público para mitigar os danos aos torcedores”, alegou.

• **Membros do TJMG reclamam de riscos no trabalho – Página 3**

• **Obras no Córrego Lareira começam em setembro – Página 2**

• **Comissões têm quatro eventos com convidados hoje – Agenda**

Sudcap promete saneamento do São João Batista a partir de setembro

Raíla Melo

“Não existirá mais lançamento de esgoto no Córrego Lareira.” Essa foi a garantia dada ontem pelo representante da Superintendência de Desenvolvimento da Capital (Sudcap), Ricardo Aroeira, em audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). A reunião foi solicitada pelo deputado Cabo Júlio (PMDB) para discutir a situação de moradores do bairro São João Batista, na Capital, que se tornaram réus em processo criminal após reclamarem da falta de saneamento no local.

A sargento Arlene Marquesine, uma das moradoras processadas, se mudou para o bairro em 2008, convivendo, desde então, com ratos, mau cheiro e doenças, como a dengue. “Pago meus impostos, tenho toda a documentação da minha casa, mas não tenho direito ao mínimo, que é saneamento básico”, disse.

Todos os participantes se mostraram perplexos com o fato de o Ministério Público (MP) ter proposto uma ação criminal contra os 12 cidadãos que procuraram a polícia para resolver o problema, cobrando que eles tomassem as medidas necessárias em vez de responsabilizar o poder público. Os moradores foram incumbidos de construir fossas sépticas, uma proposta inviável pelas condições das casas.

“Pretendo fazer uma visita ao promotor para explicar as dificuldades vividas por essas pessoas e entender por que o MP se posicionou dessa maneira incomum”, afirmou o deputado Cabo Júlio. “A sargento Marquesine, por exemplo, pode enfrentar problemas em sua carreira militar por causa do processo”, explicou o deputado Célio Moreira (PSDB).

Valter Vilela Cunha, que representou o presidente da Copasa, informou apenas



Os participantes da audiência se disseram perplexos com as providências tomadas pelo MP

que a companhia não pôde instalar interceptores de esgoto no córrego no passado porque intervenções posteriores da Prefeitura de Belo Horizonte poderiam inutilizar todo o investimento.

Já o superintendente da Sudcap, Ricardo Aroeira, afirmou que já foi dada ordem de serviço de trabalhos

técnicos no local e que o início das obras nos córregos Lareira e Marimbondo está previsto para setembro. Aroeira afirmou, ainda, que a Sudcap se solidariza com a situação enfrentada pelos moradores, tendo até mesmo preparado um memorando, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio

Ambiente, com informação de que a proposta de construção das fossas é inviável.

A comissão aprovou ainda sete requerimentos: cinco para audiências públicas, um para visita e outro, de Célio Moreira em parceria com Cabo Júlio, para obter parecer sobre a situação dos réus do bairro São João Batista.

CCJ dá parecer pela legalidade a PL sobre doenças provocadas pelo sol

O Projeto de Lei (PL) 1.729/11, do deputado Leonardo Moreira (PSDB), que dispõe sobre a prevenção e o combate às doenças associadas à exposição solar do trabalhador rural, do pescador e do aquicultor, teve parecer pela legalidade aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O relator, deputado Gustavo Pirella (PDT), opinou pela aprovação da matéria na forma do substitutivo nº 1, que apresentou, na reunião de ontem.

De acordo com o autor do projeto, a finalidade é prevenir e combater doenças associadas à exposição e à radiação solar dessas pessoas. Em seu parecer, o relator pondera que a proposição procura estabelecer um programa destinado à prevenção de um grupo de trabalhadores, o que configuraria matéria de competência do Poder Executivo. Para tanto, ele apresentou o substitutivo nº 1, que, além de promover o aprimoramento do

projeto, não inclui os dispositivos de natureza administrativa.

Além disso, tendo em vista que não apenas os trabalhadores citados ficam expostos ao sol no ambiente de trabalho, o alcance da proposta foi ampliado pelo substitutivo, sem restringi-la apenas ao trabalhador rural, ao pescador e ao aquicultor. O PL 1.729/11, agora, será encaminhado à Comissão de Saúde para emissão de parecer de 1º turno.

Em reunião de comissão, juízes e servidores do TJ relatam ameaças

Marcelo Metzker



Servidores da Justiça lotaram o Plenarinho I da ALMG para reivindicar mais segurança

A Comissão de Segurança Pública debateu ontem a segurança dos membros e servidores do Poder Judiciário. Representantes de várias categorias relataram casos de ameaças, agressões e até assassinatos de juízes, promotores, defensores públicos, oficiais de justiça e outros servidores. Requerida pelos deputados Sargento Rodrigues (PDT) e Dalmo Ribeiro (PSDB), a audiência discutiu o problema e questões como a infraestrutura dos prédios da Justiça e a falta de porte de armas para oficiais de justiça.

O juiz de Sete Lagoas (Central) Flávio Prado contou a experiência que viveu em Teófilo Otoni (Mucuri). Ameaçado, ele foi atendido pelo Tribunal de Justiça, que ofereceu escolta ao magistrado e, sem aviso prévio, retirou-a. “Tive funcionários agredidos e precisei mudar de cidade”, disse.

De acordo com a defensora pública-geral do Estado, Andréa Tonet, a defensoria é o órgão mais descoberto. “Existe a impressão de que estamos resguardados, então não temos nenhuma se-

gurança. Quando acontece algum tumulto na defensoria, o que é frequente, ligamos para o 190”, disse. Segundo ela, os defensores e seus assistidos são constantemente ameaçados e agredidos, mas a defensoria não é contemplada pela legislação sobre segurança no sistema de justiça. “Somos tratados como instituição menor; somos tão excluídos quanto as pessoas que defendemos”, reclamou.

Riscos – Representantes dos servidores também reclamaram. De acordo com a presidente do Sindicato dos Servidores de Justiça da Primeira Instância (Serjusmig), Sandra Silvestrini, muitos servidores são levados por ordem judicial, por exemplo, a entrar em penitenciárias à noite, quando o contingente de policiais é menor e os riscos são grandes. “Resolver questões como essas não depende de orçamento, mas de sensibilidade. Pedimos que os despachos noturnos sejam feitos só em casos de extrema necessidade”, disse.

Já o presidente do Sindicato dos Oficiais de Justiça, Wander Ribeiro, relatou ca-

sos de agressão contra oficiais. Ele citou o de um oficial atacado com machado numa fazenda, em Uberaba, e o de outro, que ficou surdo depois de agredido, além do caso de uma profissional que teve o rosto desfigurado du-

rante o trabalho. “Não temos treinamento sobre segurança pessoal e nem porte de arma e trabalhamos praticamente sozinhos. Em fazendas, somos recebidos por capatazes armados até os dentes”, disse. “Precisamos de uma linha direta só para os oficiais que precisem de algum reforço”, afirmou.

Os convidados relataram dificuldades impostas pela estrutura dos prédios da Justiça, que, em sua maioria, não contam com sistemas de segurança. De acordo com Sandra Silvestrini, o fórum de Nova Serrana (Centro-Oeste), por exemplo, que já foi invadido e queimado, ganhou detectores de metais, que não foram instalados por falta de espaço.

O juiz Wagner Cavaliere, de Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte), lembrou que, por problemas como esse, foi feita licitação para construção de um novo fórum. “Já temos uma empresa vencedora e, se tudo der certo, as obras começarão já em maio”, disse.

Proposta para captação de recursos é sugerida

O presidente da Comissão de Segurança do TJMG, desembargador Wanderley Paiva, disse que o órgão tem trabalhado para amenizar esses problemas e que muitas questões levantadas não são tão graves quanto parecem. “Nessa segunda (15/4), uma juíza foi ameaçada a mais de 600 km de Belo Horizonte e hoje (terça) ela está com escolta. Com ela, são nove juízes ameaçados em Minas atualmente; esse número já ultrapassou 50”, disse.

O representante do TJ afirmou que as diligências na madrugada são raras, que a PM está disponível para oferecer apoio aos oficiais e que todos os fóruns têm pelo menos um vigia. Alguns dos servidores se manifestaram contra as afir-

mações, dizendo que elas não condizem com a realidade.

Sobre a falta de estruturas de segurança nos prédios das comarcas, o desembargador Paiva afirmou que o projeto está pronto, mas que faltam recursos. “O projeto piloto será implementado a partir de agosto, mas para chegar a todas as 296 comarcas, é preciso mais verba”, disse.

Uma proposta para garantir esses recursos veio do desembargador Herbert Carneiro, presidente da Amagis (Associação dos Magistrados Mineiros). “Outros Estados criaram um fundo para investir na segurança do sistema de justiça, para o qual são destinados entre 3% e 5% das custas judiciais”, explicou.

Mudança no Fundo Estadual de Cultura pronta para o 2º turno

Willian Dias



Lafayette de Andrada faz a leitura de seu parecer durante a reunião

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária aprovou ontem parecer de 2º turno favorável ao Projeto de Lei (PL) 1.631/11, que altera a Lei 17.615, de 2008, que trata da concessão de incentivo fiscal com o objetivo de estimular a realização de projetos culturais no Estado. Pelo texto original, o PL alterava a Lei 15.975, de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultural (FEC).

O projeto, do deputado Arlen Santiago (PTB), recebeu parecer pela aprovação na forma do substitutivo nº 1, apresentado pelo relator, deputado Lafayette de Andrada (PSDB). Duas emendas apresentadas pelo deputado André Quintão (PT) foram rejeitadas.

De acordo com o substitutivo, o valor dos recursos deduzidos na forma do artigo 3º, bem como o dos recursos repassados na forma do inciso II do parágrafo 1º do artigo 5º, será de, no máximo, 80% do total destinado ao projeto cultural pelo patrocinador, que deverá integralizar o restante (20%) a título de contrapartida. Além disso, o substitutivo acrescenta à lei

o artigo 18-A, reduzindo a contrapartida das empresas incentivadoras em 1% para as pequenas empresas, 3% para as médias e 5% para as grandes, no período compreendido entre o exercício de 2013 e 31 de dezembro de 2019.

O relator esclarece que as alterações aprovadas no 1º turno aprimoraram o projeto, sobretudo quanto à redução da contrapartida exigida das empresas patrocinadoras, que visa a ampliar sua participação no incentivo à cultura. Mas ele considera que ainda se fazem necessárias adequações para preservar a regra relativa ao percentual dos recursos a serem destinados a projeto cultural no Estado. A norma voltará a vigorar após o exercício de 2019, quando expira o prazo das alterações propostas. Segundo o governo, a redução da contrapartida garantiria um número maior de patrocínios para os projetos culturais justamente num período de grande demanda, em razão dos grandes eventos esportivos, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Os deputados André Quintão e Adalclever Lopes (PMDB) se abstiveram, uma vez que eram favoráveis às emendas nº 1 e 2, rejeitadas.

As emendas apresentadas pela oposição propunham mudanças no percentual de dedução das empresas e no prazo de redução dos recursos. A emenda nº 1 altera para 85% (em vez de 80%, como propõe o substitutivo) o total de recursos destinados ao projeto cultural pelo incentivador para as grandes empresas, que deverão integralizar o restante a título de contrapartida. A emenda nº 2 limita até dezembro de 2016 o prazo para redução da contrapartida, que o substitutivo propõe estender até 2019.

Quintão alega, contudo, que, pelo substitutivo, haverá perda de recursos para a área cultural, devido à redução da contrapartida por parte das grandes empresas, que respondem pela maior parte dos projetos com incentivo.

Já a deputada Luzia Ferreira apoiou o relator, que, na sua opinião, contempla os projetos de pequeno e médio porte, favorecendo atividades em cidades menores.

Incentivo à inovação vai a Plenário

O Projeto de Lei (PL) 3.826/13, do governador, que trata da concessão de incentivos para pessoas físicas que desenvolvam projetos de negócio de base tecnológica, já pode voltar ao Plenário. Ontem, o projeto teve aprovado o parecer de 1º turno favorável na forma do substitutivo nº 2, da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. O relator na comissão, deputado Duarte Bechir (PSD), explicou que o substitutivo contempla as emendas nºs 1, 4 e 6, apresentadas em Plenário. Já as emendas nº 2, 3, 5 e de 7 a 10, também apresentadas em Plenário, receberam parecer pela rejeição.

O parecer já havia sido apresentado na última reunião da comissão, mas o relator optou pela distribuição de cópias para que os demais deputados pudessem analisá-lo antes. O substitutivo nº 2 ainda foi modificado com a inclusão do artigo 2, que prevê que a gestão do programa seja realizada pelo Escritório de Prioridades Estratégicas, criado pela Lei Delegada 181, de 2011.

No Plenário, o projeto recebeu dez emendas: nove do deputado Elismar Prado (PT) e uma do deputado Gilberto Abramo (PRB). O PL autoriza o Executivo a conceder incentivos financeiros a pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam projetos de negócio de base tecnológica no Estado. Pretende ainda apoiar a criação de empresas de base tecnológica, criadas a partir dos projetos que receberem os benefícios.

A proposição já tinha passado pelas Comissões de Constituição e Justiça (que concluiu pelo substitutivo nº 1), de Educação e de Fiscalização Financeira.



Triângulo Mineiro

A deputada **Liza Prado** (PSB) defendeu a aprovação do PLC 32/12, de sua autoria, que institui a Região Metropolitana do Triângulo Mineiro, a qual, segundo ela, facilitaria a solução de problemas compartilhados entre os municípios e a otimização do desenvolvimento regional. De acordo com Liza Prado,



Execução de jornalistas

A deputada **Rosângela Reis** (PV) demonstrou indignação com a demora na elucidação dos assassinatos de dois jornalistas do Vale do Aço em um curto intervalo de tempo: o radialista Rodrigo Neto, em Ipatinga, no dia 8 de abril; e o repórter fotográfico Carvalho, em Coronel Fabriciano, no último domin-



Homenagem a Lula

O deputado **Pompilio Canavez** (PT) também saudou a presença de servidores públicos nas galerias, lembrando em seguida a homenagem feita na véspera ao “eterno presidente Lula”, agraciado com o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Segundo o parlamentar, foi uma tarde de muita alegria,



PL 3.843/13

O deputado **Paulo Guedes** (PT) também se solidarizou com os servidores públicos presentes nas galerias, ressaltando sua participação nas negociações em torno do PL 3.843/13, que trata das carreiras do Executivo. Ele cedeu novo aparte a Rogério Correia (PT), que alertou para pendências no PL que dificulta-

há duas audiências públicas já marcadas para discutir o projeto, envolvendo também o debate de problemas na área de saúde e do transporte intermunicipal na região. A parlamentar enalteceu o programa *Minha Cidade Tem Procon*, criado por sua iniciativa, e o trabalho da Comunidade Betânia, em Uberlândia, que atua na recuperação

go (14). A deputada cobrou união de esforços das forças policiais contra o crime organizado e mais agilidade para pacificar o Vale do Aço. “A elucidação desses crimes é uma questão de honra”, definiu. Nesse sentido, a deputada leu uma carta aberta encaminhada pelo Comitê Rodrigo Neto, criado para cobrar celeridade no traba-

que emocionou a Lula e a todos os presentes. Pompilio lembrou trechos do discurso do homenageado, como sua primeira visita a Minas, em 1979, para apoiar o movimento que ficou conhecido como “Greve dos Pedreiros”. Ele foi aparteado pelo deputado Rogério Correia, que agradeceu, por meio do presidente Dinis Pinheiro, a

vam sua tramitação, afirmando ser necessário um entendimento prévio entre sindicatos e Governo do Estado. Para tanto, sugeriu a suspensão da reunião. Ao retomar a palavra, o líder do PT falou da satisfação de acompanhar a homenagem ao ex-presidente Lula. Para ele, com Lula e Dilma, o País resgatou a importância de se investir

de dependentes químicos. Liza desaprovou ainda a resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que atribui aos municípios a responsabilidade por todo o sistema de iluminação pública. Por fim, a deputada deu seu apoio aos servidores públicos que ocupavam a galeria do Plenário, atentos à tramitação do PL 3.843/13.

lho policial. “Diante do cenário de impunidade e da falta de segurança, os profissionais de imprensa do Vale do Aço estão temerosos sobre quem pode ser a próxima vítima”, diz o documento. A deputada parabenizou ainda a atuação no caso do presidente da Comissão de Direitos Humanos, deputado Durval Ângelo (PT).

todos os funcionários do Legislativo estadual por seu empenho no sucesso do evento. Rogério Correia lembrou ainda, como seu colega já havia feito, a visita da presidente a Ribeirão das Neves, onde entregou à população de baixa renda 1.600 novas casas populares. “Já o Governo do Estado só vai em Neves para entregar presídios”, criticou.

no ser humano. Exemplificando, citou os números de 20 milhões de empregos gerados, um milhão de jovens no Prouni e 40 milhões de brasileiros fora da linha de pobreza, a criação de 400 escolas técnicas e a triplicação das vagas nas universidades. Por fim, atendeu ao colega de partido, pedindo a suspensão da reunião.

ORDEM DO DIA

Reunião Extraordinária (9 horas)

PL 3.843/13

Do governador. Reajusta as tabelas de vencimento de várias carreiras do Executivo, institui a Gratificação Complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública (ESP) e a carreira de Auditor Assistencial Estadual do Sistema Único de Saúde no Estado. Discussão em 1º turno

Reunião Ordinária (14 horas)

PL 3.826/13

Do governador. Autoriza o Poder Executivo a conceder incentivo financeiro às pessoas físicas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam projetos de negócio de base tecnológica no Estado. Votação (urgência)

PLC 33/12

Do deputado Sargento Rodrigues. Acrescenta artigo à Lei 5.301, de 1969 (Estatuto da Polícia Militar de Minas Gerais), para que os comandantes da PM e do Corpo de Bombeiros regulamentem a jornada de trabalho das duas corporações. Discussão em 1º turno

PL 1.631/11

Do deputado Arlen Santiago. Altera a Lei 15.975, de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura (FEC). Discussão em 1º turno

PL 2.573/11

Do deputado Gustavo Valadares. Confere a Itabira o título de Capital Estadual do Tropeirismo. Discussão em 2º turno

PL 257/11

Do deputado Elismar Prado. Dispõe sobre a política estadual de acesso ao cinema pelos alunos da rede pública estadual. Discussão em 1º turno

PL 1.839/11

Do deputado Dalmo Ribeiro Silva. Institui a Política Estadual de Mobilização para Doação de Medula Óssea. Discussão em 1º turno

PL 2.176/11

Do deputado Leonardo Moreira. Disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços em sítios de compra coletiva. Discussão em 1º turno

PL 3.193/13

Do deputado Dilzon Melo. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santana do Manhuaçu. Discussão em 1º turno

PL 3.252/12

Do governador. Cria na TV Minas as carreiras de analista e de técnico de TV, entre outros. Discussão em 1º turno

PL 3.271/12

Do deputado Sargento Rodrigues. Obriga a notificação do ingresso na rede de saúde de pessoa ferida com arma. Discussão em 1º turno

PL 3.803/13

Do governador. Autoriza a Junta Comercial a alienar imóveis. Discussão em 1º turno

PL 3.812/13

Do governador. Altera lei que autoriza o Executivo a permutar imóvel em Cana Verde. Discussão em 1º turno

PL 3.813/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Luz. Discussão em 1º turno

PL 3.814/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Pitangui. Discussão em 1º turno

PL 3.815/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Cachoeira de Minas. Discussão em 1º turno

PL 3.816/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Uberlândia. Discussão em 1º turno

PL 3.817/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Quartel Geral. Discussão em 1º turno

PL 3.818/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Pitangui. Discussão em 1º turno

PL 3.819/13

Do governador. Autoriza o Executivo a doar imóvel a Guarani. Discussão em 1º turno

PL 3.843/13

Do governador. Reajusta as tabelas de vencimento de várias carreiras do Executivo, institui a gratificação complementar no âmbito da Escola de Saúde Pública (ESP) e a carreira de auditor assistencial estadual do Sistema Único de Saúde no Estado. Votação em 1º turno

Reunião Extraordinária (20 horas)

Mesma pauta da Reunião Ordinária

ACONTECE HOJE**8 horas**

- Visitas orientadas (ALMG) – alunos do Colégio S. Judas Tadeu, de BH

9 horas

- Reunião Extraordinária (Plenário)
- Comissão de Direitos Humanos (Auditório) – apreciar parecer ao PL 2.748/11, que cassa inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS de empresa que tenha trabalho escravo ou condições análogas.
- IV Encontro sobre Esquistossomose (Teatro) – cessão de espaço

9h30

- Comissão de Saúde (Plenarinho IV) – apreciar pareceres sobre o PL 903/11, que obriga as instituições bancárias a afixarem mensagens contrárias ao uso de drogas em talões de cheques, entre outros
- Encontro com parceiros da 2ª Marcha Contra o Crack e Outras Drogas e Caminhada pela Paz nas Escolas (Salão Nobre)

10 horas

- Comissão do Crack e Outras Drogas (Plenarinho I) – apreciar proposições da comissão

10h15

- Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas (Plenarinho II) – apreciar parecer sobre PL 621/11, que traz normas para licenciar estação rádio base (ERB), microcélulas de telefonia celular e equipamentos

10h30

- Comissão de Cultura (Plenarinho III) – debater a implementação da Lei Federal 11.769, de 2008, que determina o ensino de música nas escolas brasileiras. Requerimento: deputado Elismar Prado

- Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (Plenarinho I) – apreciar parecer ao PL 3.826/13, que autoriza o Executivo a conceder incentivo aos que desenvolverem projetos de negócio de base tecnológica

14 horas

- Reunião Ordinária (Plenário)
- Comissão de Fiscalização Financeira (Plenarinho IV) – apreciar pareceres sobre o PL 1.631/11, que altera a Lei 15.975, de 2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura; e o PL 3.843/13, que reajusta tabelas de vencimento de várias carreiras do Executivo, entre outros

14h30

- Comissão do Trabalho (Plenarinho I) – apreciar proposições que dispensam a apreciação do Plenário
- Comissão de Redação (Plenarinho II) – apreciar pareceres de redação final

15 horas

- Comissão de Política Agropecuária (Auditório) – apreciar proposições que dispensam a apreciação do Plenário

16 horas

- Comissão de Política Agropecuária (Belo Horizonte) – visita à secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Dorothea Werneck, para discutir a concessão do crédito rural pelo BDMG. Requerimento: deputado Antônio Carlos Arantes
- Comissão de Educação (Plenarinho III) – debater o desenvolvimento científico do Estado em áreas como a inovação tecnológica, e divulgar bolsas de pesquisa da Fapemig. Requerimento: deputado Dalmo Ribeiro Silva

20 horas

- Reunião Extraordinária (Plenário)

TV ASSEMBLEIA**0h Plenário (continuação)**

1h Panorama – Assine + Saúde

1h30 Repórter Assembleia

2h Estado de Direito – Programa do Ministério Público

2h30 Palestra – O Parlamento entre a representação e a participação, com Patrus Ananias

5h Curso Vereadores – Acompanhamento e fiscalização de políticas públicas, com Cláudia Botrel

6h Brasil Eleitor**6h30 Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte/Interior: Zás/Parlamento Brasil****7h30 Repórter Assembleia****8h Mundo Político****8h30 Panorama (ao vivo)** – Guerra na Coreia do Norte**9h Assembleia ao Vivo** – Reunião Extraordinária de Plenário**12h Memória e Poder** – Político Genival Tourinho**13h Mundo Político****13h45 Visão Parlamentar (ao vivo)****14h Plenário (ao vivo)** – Reunião Ordinária**18h Horário da Câmara Municipal de Belo Horizonte/Interior: Zás/Parlamento Brasil****19h Panorama** – Guerra na Coreia do Norte**19h30 Repórter Assembleia (ao vivo)** – O que acontece na ALMG**19h55 Trabalho de Base****20h Compacto Pinga-Fogo****20h15 Assembleia ao Vivo** – Reunião Extraordinária de Plenário**21h Assembleia Debate (inédito)** – Desenvolvimento do Centro-Oeste**22h Repórter Assembleia****22h30 Mundo Político (inédito)** – Entrevistas e notas sobre a política**23h Plenário (reprise)****MESA DA ASSEMBLEIA**

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente

Deputado José Henrique

1º-vice-presidente

Deputado Hely Tarquínio

2º-vice-presidente

Deputado Adelmo Carneiro Leão

3º-vice-presidente

Deputado Dilzon Melo

1º-secretário

Deputado Neider Moreira

2º-secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.

3º-secretário

SECRETARIA

Eduardo Vieira Moreira

Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado

Secretário-Geral da Mesa

ASSEMBLEIA INFORMA

Editado pela Diretoria de

Comunicação Institucional da ALMG

Diretor: Lúcio Pérez

(jornalista – Rg.MTb 3.552/MG)

Gerente-Geral de Imprensa e

Divulgação: Cristiane Pereira

Edição: Carlos Máximo e

Arlan França

Revisão: Leonardo Mordente

Diagramação: Mylène Marques

End.: R. Martim de Carvalho, 94 –

7º andar – CEP: 30190-090 – BH

Tel.: (31) 2108-7715

Impresso pela Gerência-Geral de

Suporte Logístico (ramal 7763)

www.almg.gov.br